

EDUARDO FERREIRA JORDÃO
Advogado.
Mestrando em Direito Público pela USP.

REPENSANDO A TEORIA DO ABUSO DE DIREITO

EDIÇÕES JusPODIVM

2006

Localização: 347.13/.14

J82r

Código de barras: STJ00063763



<http://bdjur.stj.gov.br>

Ferreira Jordão, Eduardo
Repensando a Teoria do Abuso de Direito / Eduardo Ferreira
Jordão. ____ Salvador: JusPODIVM, 2006.
164p.; 22cm.
Inclui sumário de assuntos e bibliografias.
ISBN: 85-98471-69-0
1. Abuso de Direito. I. Título.



SUMÁRIO

| | |
|---|-------------|
| AGRADECIMENTOS | XI |
| PREFÁCIO | XIII |
| CAPÍTULO I – Introdução | 1 |
| CAPÍTULO II - À Linguagem e a Interpretação Jurídica | 7 |
| 2.1. A interpretação jurídica e o abuso de direito | 7 |
| 2.2. O auge da interpretação estritamente lógico-literal: a Escola de Exegese | 8 |
| 2.3. O ocaso da interpretação estritamente lógico-literal | 11 |
| 2.4. A imprecisão e a ambigüidade das expressões | 14 |
| (a) A ambigüidade | 14 |
| (b) A imprecisão ou vagueza | 16 |
| 2.5. A "textura aberta" de Friedrich Waismann | 18 |
| 2.6. As consequências da "textura aberta" na interpretação dos textos normativos | 20 |
| 2.7. O anseio de "relativização dos textos normativos" e a dupla acepção desta expressão | 23 |
| 2.8. Norma e dispositivo normativo | 25 |
| 2.9. O método jurídico adotado | 27 |
| CAPÍTULO III - O Direito Subjetivo e a sua Estrutura Normativa | 31 |
| 3.1. A importância do estudo preliminar do direito subjetivo | 31 |
| 3.2. A possibilidade de abuso de outras prerrogativas jurídicas | 32 |
| 3.3. Direito objetivo e direito subjetivo | 33 |
| 3.4. As teorias explicativas do direito subjetivo | 35 |
| (a) A Teoria da Vontade | 35 |
| (b) A Teoria do Interesse | 38 |
| (c) A Teoria Mista ou Eclética | 41 |
| (d) O negativismo. A Escola Objetivista | 42 |
| (e) Crítica à Escola Objetivista | 46 |
| (f) A herança da Escola Objetivista | 48 |
| 3.5. A licitude. A aquisição e o conteúdo do direito subjetivo | 49 |
| 3.6. A delimitação do direito subjetivo | 51 |
| CAPÍTULO IV - A Origem da Teoria do Abuso de Direito | 55 |
| 4.1. A relevância da pesquisa histórica | 55 |
| 4.2. A distinção entre "noção" e "teoria" | 55 |
| 4.3. As célebres decisões dos tribunais franceses | 57 |



| | |
|---|----|
| 4.4. A origem da noção do abuso de direito | 58 |
| 4.5. A origem da teoria do abuso de direito | 61 |

CAPÍTULO V - A Evolução da Teoria do Abuso de Direito 65

| | |
|---|----|
| 5.1. Considerações preliminares | 65 |
| 5.2. A "concepção tradicional" do abuso de direito | 66 |
| (a) A objeção de Mareei Planiol | 66 |
| (b) A resposta de Louis Josserand | 68 |
| 5.3. A tese do conflito de direitos (ou do dano mais relevante) | 71 |
| 5.4. A tese do "conflito de sistemas" ou da inexistência de fundamentos jurídico-Dogmáticos | 76 |
| (a) A posição de Luis Alberto Warat | 77 |
| (b) A posição de Mário Rotondi | 78 |
| (c) A posição de Jean Dabin | 80 |
| 5.5 A tese do abuso como violação à funcionalidade social do direito subjetivo | 84 |
| 5.6. A tese dos limites externos e internos de um direito subjetivo | 90 |
| 5.7. A tese do abuso de direito como violação ao valor imanente a um direito subjetivo | 96 |

CAPÍTULO VI - A Nossa Concepção do Abuso de Direito 99

| | |
|--|-----|
| 6.1.O abuso de direito como ato ilícito | 99 |
| 6.2. A específica norma violada: o princípio da boa-fé | 102 |
| (a) A violação à boa-fé como critério exato do abuso de direito | 102 |
| (b) A identificação do princípio da boa-fé em um ordenamento jurídico | 105 |
| (c) O princípio da boa-fé como limitador do conteúdo dos direitos subjetivos | 106 |
| 6.3. O equívoco terminológico. A impossibilidade de "abusar de um direito" | 111 |
| 6.4. A relevância da teoria do abuso de direito | 115 |
| (a) A propriedade distintiva: a aparência de licitude dos atos abusivos | 116 |
| (b) A regulamentação específica aos atos abusivos | 120 |
| (c) A relevância prática da teoria do abuso de direito no ordenamento brasileiro | 122 |
| (d) A natureza da responsabilidade decorrente do ilícito abusivo indenizante | 124 |
| 6.5. As consequências da posituação | 129 |

CAPÍTULO VII - Conclusão 137

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS 141

